

O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta?

Inés Cortazzo*

Trinta anos se passaram desde que foram ouvidas com força as consignas contrárias a limitar o papel da mulher à cozinha, ao cuidado dos filhos e do lar; e, se bem é verdade que tem havido um aumento de consciência a respeito da situação da mulher, pouco ou nada mudou sua situação real no mundo em geral e na Argentina em particular.

As questões referidas à mulher têm sido relegadas pelas ciências sociais, e, somente nos últimos anos, em estudos mais recentes, elas têm vindo à tona. Referir-se ao trabalho feminino é desafiante, pois se trata não só de sua presença ou ausência, senão também do próprio conceito de trabalho¹; assim mesmo é preciso analisar as condições em que se realiza o trabalho tanto no que diz respeito ao ambiente, ao salário, às ocupações, à qualificação, ao horário.

Aparentemente, muito mudou, já que hoje é realidade a quota de 30% de participação feminina nos órgãos de decisão política. Mas de que serve esse mecanismo, se ele só existe na letra, se continuam a existir salários diferenciados, trabalhos diferenciados? O problema das quotas nos órgãos de decisão política parecia-me uma questão argentina e sugeria-me uma contradição. No entanto, revisando um artigo de Frigga-Haug (1994, p.57), percebi que o assunto não era nem tão argentino, nem sugeria somente a mim uma contradição. No seguinte parágrafo, a autora citada ilustra muito bem essa questão:

“A reivindicação das quotas envolve um paradoxo. Exige equiparação entre iguais em nome da igualdade; em tal sentido, pressupõe a existência da desigualdade e, além disso, bate inevitavelmente com um consenso paradoxal para o qual a igualdade existe simplesmente porque está registrada nas leis fundamentais, mas ao mesmo tempo envolve a aceitação de que não é possível nem viável lograr uma autêntica igualdade entre elementos desiguais como os homens e as mulheres. Para qualquer política que aspire à igualdade, esta situação não deixa de ser terrível, já que dificilmente poderá se atingir um consenso majoritário em torno a uma política dessas características nem entre os que já são iguais, os homens, nem mesmo entre os desiguais, as mulheres”.

Alguns indicadores

O novo ciclo de acumulação capitalista gerado, fundamentalmente, pelos planos de ajuste, por reformas no nível do Estado e na economia afetou o mundo inteiro, em especial em nossos países, modificando a estrutura social, impactando na distribuição da renda e no emprego, gerando crescentes níveis de pobreza. Cada vez mais, na América Latina, cresce a brecha entre ricos e pobres, provocando um acentuado crescimento da desigualdade social manifestada pela: perda paulatina de capital social e cultural para grandes setores da população; perda de todo tipo de bens coletivos (educação, saúde, habitação, previdência social); enfim, colocando em xeque a democracia, que tanto esforço demanda para ser conquistada. Isto, que pode ser lido como discurso político, reflete-se claramente nas estatísticas. Segundo dados da Cepal, os 5,0% mais ricos na América Latina abarcam 5% da renda, enquanto os 30% mais pobres detêm apenas 7,5%.

* Professora titular concursada da Universidad Nacional de la Plata, Diretora do Programa de Investigación Movimientos Sociales y Condiciones de Vida.

¹ Refiro-me, aqui, à questão de se o trabalho doméstico na própria casa é, ou não, trabalho.

A Argentina não ficou imune a isso, sofrendo na própria carne um incremento da pobreza e da desigualdade social², produto, fundamentalmente, das modificações no mundo do trabalho tanto nas formas de inserção laboral quanto de remuneração. Desde os anos 70, essa situação se aprofundou de forma acelerada. Dados do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC) indicam a deterioração na distribuição da renda na Argentina, uma vez que os, aproximadamente, 20% mais ricos se apoderam de 53,2% do total da renda e os 20% mais pobres ficam com apenas 4,2%. Cerca de 90% dos quase 12 milhões de pessoas que habitam a Capital Federal e a Grande Buenos Aires sofreu uma queda nos ingressos em torno de 10%, enquanto os mais ricos registraram uma melhoria de quase 5%. Mais grave ainda é o fato de que não há expectativas de modificação desse panorama mostrando uma Argentina com uma crescente polarização entre ricos e pobres.

Desde o discurso do *stabliment*, escutamos “isto sempre foi assim”; “pobres houve sempre.” No entanto, as cifras indicam que, nas duas últimas décadas, esse fenômeno se incrementou.

Dados do Banco Mundial (1998) assinalam que 3,2 milhões de habitantes na Argentina são indigentes e que 36,1% da população total (aproximadamente, 13,4 milhões de pessoas) está sendo afetada por esse fenômeno. Paradoxalmente, observa-se, no período, um grande crescimento econômico. Esse câmbio faz com que a Argentina, que, historicamente, apresentava os menores níveis de pobreza e a melhor distribuição de ingressos na América Latina, apresente, hoje, médias equiparáveis às dos outros países do continente. Esse panorama desolador manifesta-se também e fundamentalmente nos dados de emprego; dados da Encuesta Permanente de Hogares (EPH)³ indicam que o desemprego passou de uma taxa de 2,3 % (1980) a 14,6% (2000), tendo alcançado seu pico máximo em 1995 e 1997, quando a taxa se situou em 17,4% e 18,8%, respectivamente, e a do subemprego alcançou, em 1997, a cifra de 13%; e o mais alarmante, ainda, foi o crescimento do emprego precário.⁴

Embora as informações proporcionadas pelo INDEC assinalem que a ocupação tem crescido nos últimos tempos, isto, que aparenta ser um êxito, todavia não é suficiente, pois os que conseguiram trabalho o fizeram por poucas horas ou em ocupações de baixa qualificação, ainda que estivessem preparados para cargos de maior hierarquia. Nesse contexto, cada vez mais membros da família ingressam no mercado de trabalho, especialmente jovens e mulheres, e essa inserção é feita, na maioria das vezes, de forma precária⁵, provocando uma grande desigualdade não só em termos de rendimentos, mas também no acesso às oportunidades de trabalho. Na atualidade, as oportunidades têm a ver não apenas com o capital cultural⁶ dos sujeitos senão também com o capital social⁷ dos mesmos.

Segundo a EPH de outubro do ano 2000, o salário tem se reduzido em termos: no caso da Capital e da Grande Buenos Aires, essa redução alcançou a cifra de 5,4%, embora a economia, no mesmo período, tenha crescido 10%.

² Esses câmbios se manifestam na intensificação da pobreza nos setores historicamente pobres, isto é, maior distância entre rendimentos e valor da cesta básica de bens e serviços e o aparecimento dos denominados novos pobres, em sua maioria setores pauperizados da famosa classe média argentina.

³ A mesma realiza-se em 28 conglomerados urbanos do País; baseia-se em uma amostra probabilística estratificada em duas etapas, que compreende 35.000 domicílios. O grau de confiança é de 95%.

⁴ O conceito de trabalho precário é contraposto ao do trabalho formal, já que o formal se caracteriza por ser a tempo completo, por tempo indeterminado, para um empregador identificável e protegido pela legislação trabalhista e pela seguridade social.

⁵ Segundo Galin e Novick (1990), é um conceito residual; são formas desvalorizadas de trabalho que não valoram os sujeitos, mas os levam à marginalidade, à sua exclusão não só do salário, mas também de outros aspectos da vida; essa desvalorização não é uma visão arbitrária, mas, pelo contrário, tem a ver com o reconhecimento social, reconhecimento este que requer um capital social e cultural não acessível a todos os sujeitos.

⁶ O capital cultural tem a ver com comportamentos, valores, gostos, educação.

⁷ O capital social relaciona-se com a quantidade de recursos derivados das conexões e do pertencimento a um determinado grupo.

A situação afeta, também, aqueles que estão no mercado formal de trabalho, pela possibilidade da perda do trabalho, com danos à saúde, em especial à saúde mental. Existem numerosas pesquisas⁸, que mostram a incerteza e o desencantamento dos indivíduos face à realidade. Isto não é fruto de características pessoais nem do pessimismo, mas é um dado da realidade.

Murmis e Feldman (1996, p.105) mostram com cifras a importância do fenômeno: “Praticamente, três de cada quatro pessoas que estão desocupadas em 1995 provêm de ocupações assalariadas”.

Alguns indicadores a respeito da situação do trabalho da mulher

O ingresso da mulher no processo produtivo tem sido cada vez mais freqüente, já não como complemento à renda familiar, senão como imprescindível e, muitas vezes, como sendo o principal rendimento da família. Continua vigente aquilo que expressei em 1985:

“Apesar de que os postos ocupados pela mulher no mercado de trabalho são, em geral, subalternos, sua incorporação ao mercado de trabalho é fundamental para garantir a sobrevivência familiar. Por outro lado, a perda do poder aquisitivo do salário trouxe como conseqüência que o homem perdesse o papel de único responsável pela manutenção familiar. Na classe trabalhadora, não só a remuneração da mulher como também a de todos os membros da família é indispensável” (Cortazzo, 1985, p.45).

Segundo o INDEC, o emprego feminino cresceu: em 1985, as mulheres representavam 30% da força de trabalho; hoje, 40% da mesma é constituída por mulheres. Isto significa que 13,6 milhões de mulheres estão inseridas no mercado de trabalho.

A exploração da força de trabalho característica do sistema capitalista é mais aguda no caso das mulheres: face a condições adversas, são as primeiras a serem expulsas do mercado de trabalho, passando a assumir características de mão-de-obra não qualificada, de tempo parcial e descontínuo. Em tal sentido, ocupam os postos subalternos tanto nos setores tradicionais como no Setor Terciário, onde se inserem em maior medida como empregadas domésticas (cabendo-lhes as mesmas tarefas que realizam no âmbito familiar).

Em Cortazzo (2000, p.157) assinalo que

“Históricamente o lugar destinado à mulher tem sido o lar, as questões domésticas, de forma tal que quando trabalham o fazem em atividades subordinadas, e, muitas vezes, com menores salários. Às mulheres corresponde ‘por natureza’ o cuidado dos filhos, da casa e dos pais velhos: funciona como um mandato a que devem responder e, em muitos casos, isto é requerido por outras mulheres (...)”.

O **Informe sobre Desarrollo Humano** (1995) assinala que o índice de desemprego no mundo é maior entre as mulheres e que as possibilidades de acesso ao trabalho são menores. As cifras proporcionadas por organismos oficiais argentinos indicam o mesmo: as mulheres têm menores possibilidades de ingresso no mercado laboral, já que são discriminadas por terem filhos pequenos ou pelo simples fato de poderem vir a ficar grávidas; e mais, as cifras oficiais indicam que 46,5% das mulheres desocupadas na Argentina (maio 2000) possuem secundário completo e, inclusive, estudos universitários. Os homens com similar nível educativo e desocupados são em menor número para o mesmo período (25,8%). O mesmo sucede em relação à subocupação: a percentagem de mulheres subocupadas (2000) é de 19,2% do total, enquanto apenas 10,2% dos homens estão na mesma situação. Como exemplo, observemos a Tabela 1: na série histórica, constata-se sempre a mesma disparidade, salvo para o período 1990-91, quando as cifras se invertem.

⁸ Inclusive pesquisas empíricas quanti-qualitativas, realizadas — pela equipe que dirijo na Universidad Nacional de la Plata — nos últimos 10 anos, em municípios do Gran La Plata, na Província de Buenos Aires.

Tabela 1

Taxa de desocupação, por sexo, na Grande Buenos Aires — abr./80, maio/90 e maio/00

(%)

PERÍODOS	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Abr./80	2,3	3,2	1,9
Maio/90	8,6	8,2	9,1
Maio/00	16,0	17,6	14,8

FONTE: EPH. INDEC. Maio 2000.

Ainda o **Informe sobre Desenvolvimento Humano** proporciona para os países em vias de desenvolvimento as seguintes cifras: só 15% das mulheres ocupa cargos de gestão e direção; 10%, cargos parlamentares; e 6%, cargos ministeriais. Coincidindo com outras fontes — Organização Internacional do Trabalho (OIT) e INDEC —, assinala o informe que, para funções iguais, as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens; e mais, a OIT assinala que, para 1980, a média salarial feminina correspondia a 60% do salário masculino, e, para finais dos anos 80, essa média se aproximava de 65%.

A OIT assinala, ainda, que há uma grande dificuldade para classificar o trabalho feminino segundo o critério internacional para a qualificação de ocupações; em especial os trabalhos realizados nas empresas familiares ou os realizados no seu próprio domicílio, por encomenda. Um outro aspecto a que se refere a OIT é que, face à situação de falta de trabalho, são as próprias mulheres que violam as disposições legais de igualdade, já que há um excesso de oferta tanto de mão-de-obra feminina quanto masculina.

A inserção da mulher no mercado de trabalho responde, quase exclusivamente, a questões econômicas; pode-se afirmar que, inclusive, à de sobrevivência familiar. Isto atiraria por terra o argumento que liga o trabalho da mulher à sua liberação. E, ainda mais, isto é falso desde o ponto de vista do tipo de trabalho que realiza fora do lar, uma vez que o mesmo é semelhante ao realizado no espaço da família. As estatísticas indicam que os lugares de trabalho gerados nestes últimos anos se concentraram em atividades denominadas **tipicamente femininas**: professoras, secretárias, enfermeiras, domésticas. Acredito que há um grande peso “cultural” determinado pela noção **tipicamente feminina**, que chega a se configurar como aptidão das mulheres para realizarem determinadas tarefas.

Na Tabela 2, podemos observar como, também no caso dos chefes de família, são as mulheres as mais afetadas. Assim como na Tabela 1, no período 1990-91, a situação foi diferente, pois os homens chefes de domicílio sofreram mais a desocupação.

Tabela 2

Chefes de família desocupados, por sexo, na Argentina — abr./80, maio/90 e maio/00

(%)

PERÍODOS	TOTAL DE CHEFES DE FAMÍLIA	MULHERES	HOMENS
Abr./80	1,0	3,2	0,9
Maio/90	5,3	2,2	5,7
Maio/00	11,2	14,3	10,5

FONTE: EPH. INDEC. Maio 2000.

Dados do INDEC assinalam que a situação de precariedade laboral nas mulheres tem se incrementado, já que o percentual de assalariadas que trabalhavam em situação precária, isto é, sem cobertura social, nem direito à aposentadoria, passou de 38,3% em 1991 a 52,1% em julho do 2000. Se bem que essa situação de desregulamentação do trabalho seja uma realidade que atingiu a todos — homens e mulheres —, as mulheres foram mais afetadas: em 1991, havia 4% a mais de mulheres que de homens nessa situação; hoje, essa brecha supera os 30%. Esses dados significam que, sobre um total de 4 milhões de assalariadas, 2,1 milhões trabalham com contratos não regulamentados.

Diversas pesquisas empíricas, fundamentalmente qualitativas, que realizamos tanto no Brasil como na Argentina estão a mostrar que:

- dado que a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho se faz em piores condições que as de seus companheiros, as mesmas sentiam-se inferiores e dependentes, embora em muitos casos fossem seus rendimentos a principal entrada econômica;
- ainda que muitas das mulheres entrevistadas tivessem mais alto nível educativo que os homens, sentiam-se incapazes de utilizar as tecnologias mais modernas (isto foi muito visível no trabalho de campo realizado na pesquisa sobre a indústria têxtil)⁹, ainda que desenvolvessem atividades mais complicadas quase quotidianamente;
- os trabalhos de supervisão, na maior parte das vezes, são encomendados aos homens — isto faz com que cada vez mais tenham o poder de controle.

Apesar das cifras que ilustram com clareza a incorporação massiva da mulher ao mercado de trabalho, isto não tem sido acompanhado pela modificação das relações de poder entre os sexos. Esse aspecto leva a que autoras como Stocke (1980) afirmem que é a dominação sexual o fator fundamental que explicaria as desigualdades verificadas no mercado de trabalho.

⁹ Informe final: **Mulheres Trabalhadoras da Indústria Têxtil e Saúde** (1990).

A desigualdade está, inclusive, manifesta em algumas expressões quotidianas, “dirige tão bem que parece um homem”; “é tão eficiente e inteligente quanto um homem”; “trabalha tão bem quanto um homem”. Essas expressões habituais fariam pensar que as mulheres carecem das condições para trabalhos especializados e eficientes, já que são os homens os habilitados para esses tipos de trabalhos. E esse preconceito está, inclusive, internalizado nas próprias mulheres.¹⁰ Embora trabalhem parêlo com os homens e, muitas vezes, seja o delas o principal aporte econômico, ao serem perguntadas acerca da posição ocupada por cada membro da família, identificam, na maior parte dos casos, o homem como sendo o chefe da família, outorgando a ele a tomada das decisões importantes da casa.

Bibliografia

- CORTAZZO, Inés (1985). Saúde e Trabalho. **Arquivos de Medicina Preventiva**, Porto Alegre : Faculdade de Medicina, UFRGS, n.7, jul.
- CORTAZZO, Inés (2000). Crisis del trabajo y salud: ¿se puede ser ciudadano? In: CORTAZZO, Inés, MOISE, Cecilia, comps. **Estado, salud y desocupación: de la vulnerabilidad a la exclusión**. Buenos Aires : Paidós. p.149-179.
- CORTAZZO, Inés et al. (s.d.). **Nuevas desigualdades sociales: ciudadanía, clientelismo político y significación del trabajo; estudios de caso en el Gran La Plata y en el Gran Buenos Aires**. Snt.
- FRIGGA-HAUG (1994) Paradojas del feminismo realista. **Debats**. Hacia el fin del siglo: un mundo en transformación. Valencia : Alfons el Magnànim., n.50; esp., dic.
- GALIN, Pedro, NOVICK, Marta (1990). **La precarización del empleo en la Argentina**. Buenos Aires : CEAL.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1995 (1995). New York : PNUD (Programa de Desarrollo Humano de las Naciones Unidas).
- MULHERES trabalhadoras da indústria têxtil e saúde: investigação no Rio Grande do Sul ‘Brasil’ e na Capital Federal e Província de Buenos Aires ‘Argentina’ (1990). Brasília : CNPq. (Informe final).
- MURMIS, Miguel, FELDMAN, Silvio (1996). De seguir así. In: BECCARIA, Luis, LÓPEZ, L. comps. **Sin trabajo: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina**. Buenos Aires : UNICEF; Losada.
- STOCKE, Verena (1980). Mulheres e trabalho. **Estudos CEBRAP**, Petrópolis : Vozes n.26.

¹⁰ Na pesquisa que estamos desenvolvendo em dois municípios da Província de Buenos Aires, municípios de tradição operária — Berisso (nesse município se gestou o famoso 17 de outubro, data-chave do peronismo), de tradição fabril têxtil e de frigorífico, e Ensenada, município de operários que trabalhavam na petroquímica —, aplicamos 500 entrevistas semi-estruturadas. Dados preliminares mostram que, na maior parte dos lares, a mulher era o principal provedor da casa, porém “o chefe do lar era o homem”. Poucas mulheres responderam que os dois eram chefes da família (Cortazzo et al, s.a.).